



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

## **PROJETO DE LEI Nº 018/2018**

**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Cambé com base em operação de crédito no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o exercício de 2018.

**Autoria:** Executivo Municipal

### **RELATÓRIO**

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, a necessária autorização legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Cambé com base em operação de crédito no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o exercício de 2018.

Explica-se que do valor apresentado no Projeto de Lei serão destinados R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para pavimentação e o restante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para aquisição de equipamentos rodoviários.

A propositura também faz alterações na Lei das Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual, ambas em vigor – Lei nº 2.872/2017 e Lei nº 2.874/2017, respectivamente.

Eis a propositura, passo a analisar.



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

## **FUNDAMENTAÇÃO**

### **a) Da Iniciativa e competência legislativa**

Consoante o que preceitua a Lei Orgânica do Município de Cambé, é da competência exclusiva do Chefe Executivo legislar sobre matéria orçamentária e a que autorize abertura de créditos, *in verbis*:

Art. 39. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

(...)

Municipal:

Em reforço, o art. 125 da Constituição

Art. 125. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual-PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e a Lei Orçamentária Anual-LOA e os créditos adicionais, são de iniciativa exclusiva do Prefeito, e serão apreciados pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, (...)

Sem reparo, portanto, quanto à competência e iniciativa.

### **b) DOS CRÉDITOS ADICIONAIS - SUPLEMENTARES**

Os Créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) são autorizações de



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento Anual (art. 40, Lei 4.320/64).

A Constituição Federal impõe a necessidade de autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes nos casos de abertura de crédito suplementar ou especial, consoante inciso V, do art. 167 da CR/88.

O art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, classifica os créditos adicionais em: **SUPLEMENTARES** – os destinados para reforço de dotação orçamentária; **ESPECIAIS** – destinados a despesas para os quais não haja dotação orçamentária específica; e **EXTRAORDINÁRIOS** – para despesas urgentes e imprevistas como calamidade pública, comoção interna e guerras.

O art. 42 da mesma Lei preceitua, *in verbis*, que: **Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.**

Constatando-se a insuficiência ou inexistência orçamentária para fazer frente à determinada despesa, o Poder Executivo terá iniciativa de lei que autorize créditos adicionais, tanto especiais quanto suplementares, devendo ser submetida ao crivo do Legislativo para sua aprovação, e, após, efetivada sua abertura por intermédio de decreto executivo.

Para aprovação da lei autorizativa, há necessidade de se demonstrar a existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e de exposição justificada (art. 43 da Lei 4.320/64), os quais se encontram presentes na exposição dos motivos do presente projeto.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964).



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

(...)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

O caso em exame visa precipuamente inclusão de ação de governo não constante no Plano Plurianual 2018/2021, além da LDO e LOA vigentes, para abertura de crédito adicional suplementar conforme descrito acima – investimento em pavimentação e aquisição de equipamentos.

## **CONCLUSÃO**

Destarte, não se vislumbra óbice em qualquer dispositivo normativo ou legal relacionado com a matéria, opinando-se pela constitucionalidade e legalidade do presente Projeto de Lei, devendo o seu mérito ser discutido em plenário..

S.M.J. Este é o parecer.

Cambé, 18 de abril de 2018.

JACKSON ROMEU ARIUKUDO  
OAB/PR 30.917